



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social.

TRANSVERSALIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOCENTE

Matheus Mello de Santana¹
Itamires Lima Santos Alcantara²

Resumo: O artigo apresenta o resultado do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) em serviço social que teve por objetivo analisar a proposta de transversalidade étnico-racial no currículo do curso de serviço social da UFBA. Através de entrevistas a três docentes do respectivo curso buscamos identificar o conhecimento sobre a transversalidade étnico-racial. Foi possível concluir que embora as entrevistadas considerassem importante a transversalidade étnico-racial no currículo, é necessário ter um aprofundamento maior sobre o que significa transversalizar o debate de uma questão que é tão importante na sociedade brasileira frente as desigualdades vividas por populações não brancas.

Palavras-chave: Transversalidade; Étnico-racial; Currículo; Serviço Social.

Abstract: The article presents the result of the Course Completion Work (TCC) in social work that had the objective of analyzing the proposal of ethnic-racial transversality in the curriculum of the UFBA social work course. Through interviews with three professors of the respective course, we sought to identify the knowledge about ethnic-racial transversality. It was possible to conclude that although the interviewees considered the ethnic-racial transversality in the curriculum to be important, it is necessary to have a deeper understanding of what it means to mainstream the debate on an issue that is so important in Brazilian society against the inequalities experienced by non-white populations.

Keywords: Transversality; Ethnic-racial; Curriculum; Social work.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discutiu a transversalidade étnico-racial no currículo do curso de serviço social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), considerando a criação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório, as instituições de ensino fundamental, médio e superior, da rede oficial ou particular, o ensino de história e da cultura africana e afro-brasileira, sendo alterada em 2008, com a Lei 11.645, que inclui o estudo da história indígena, que altera também a Lei de Diretrizes e

¹ Profissional de Serviço Social.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Bahia. E-mail: <tamialcantara94@gmail.com>

Bases da Educação (LDB). O referido curso tem a tarefa de transversalizar o debate sobre raça/etnia e gênero em seu currículo e, no cenário nacional se torna pioneiro ao propor no atual currículo, uma disciplina de caráter obrigatório que estude o conteúdo de raça/etnia e gênero no contexto dos Direitos Humanos.

Desde a criação da Lei 10.639/03, foram percorridos 15 anos e diversos autores têm publicado estudos sobre a implementação da referida lei. Com destaque para Oliveira (2012) que realizou um balanço do que estava sendo produzido. Seus estudos basearam-se em GOMES (2003); OLIVA (2003); ROSEMBERG, BAZILL e SILVA (2003), dentre outros. E este autor conclui que embora tenha uma lei que torne obrigatória a discussão da história africana e afro-brasileira, afirmando que esse conteúdo inclui uma perspectiva não tradicional, que é a diversidade étnica, não se torna interessante uma simples aplicação, porque a lei aborda uma temática contraditória que são as relações étnico-raciais no Brasil, principalmente no campo educacional.

O objeto da investigação incidiu sobre a percepção das docentes entrevistadas sobre a importância da transversalidade da questão étnico-racial no curso. A pesquisa realizou uma breve genealogia do conceito de transversalidade nas ciências humanas, assim como, articulou essa temática ao debate da questão étnico-racial no âmbito do serviço social para identificar o valor atribuído à questão étnico-racial nas Diretrizes Curriculares do curso de serviço social aprovada em 1996 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A pesquisa também analisou a apropriação do conceito de transversalidade étnico-racial na política de educação superior com ênfase na discussão da sua implementação no currículo do curso de Serviço Social.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é a atividade que baseia toda a ciência, quando se quer indagar e construir a realidade. É ela que alimenta o ensino e nos atualiza na realidade

apresentada pelo mundo. Embora, a pesquisa se constitua como uma prática teórica, ela também se vincula a pensamento e ação (MINAYO, 2013, p. 16).

Assim, para alcançar os objetivos propostos utilizamos de abordagem qualitativa no desenvolvimento da pesquisa. Podemos compreender a pesquisa qualitativa como:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2013, p. 21)

2.1 Coleta e análise dos dados

O instrumento utilizado na pesquisa foi entrevista estruturada realizada com três docentes do curso de serviço social da UFBA que na condução das suas disciplinas, apresentam propostas e práticas que visem a transversalizar o debate sobre a questão étnico-racial. O instrumento foi realizado com questões qualitativas. Sobre entrevistas estruturadas entendemos como:

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais (GIL, 2008, p. 113).

Com vistas, ao resguardo do sigilo das entrevistadas, elas foram identificadas como Aziza, Dara e Berta.

A análise dos dados da pesquisa foi feita com base na técnica proposta por Bardin que é um:

Conjunto de técnica de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (GOMES, 2013, p. 83, *apud* Bardin, 1997, p. 42).

Desde já, informamos que infelizmente, o arquivo que continha as respostas das questões 4 a 8, da entrevistada Berta, no momento do tratamento, o aparelho que constava a gravação foi quebrado, impedindo o resgate do mesmo.

3 O CONCEITO DE TRANSVERSALIDADE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

O conceito de transversalidade foi cunhado por Félix Guattari³ e na literatura aparece pela primeira vez no livro *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo* (1985). O autor direcionou sua prática na área da saúde mental juntamente com Jean Oury⁴, na clínica de La Borde em Cour-Cheverny, na França. Realizando uma análise das relações institucionais (terapêutica institucional) entre o grupo dos terapeutas e dos pacientes, eles apresentavam práticas alternativas em relação a saúde mental. Ao comparar estes grupos, Guattari (1985) faz uma distinção do grupo dos terapeutas e dos pacientes, comparando-os como grupos de *sujeitos e sujeitados* e conclui que, pelo fato de estarem vinculados a uma instituição eles apreendem uma visão de mundo e tem uma missão a cumprir.

A propósito de sua abordagem teórica, Guattari (1985) realizou severas críticas ao modelo de trabalho com os grupos e analisando as transferências congeladas, mecânicas e insolúveis, ele propõe o modelo de *transversalidade* no grupo em oposição a verticalidade presente nas estruturas piramidais das instituições e também se opõe a horizontalidade nas práticas institucionais.

A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos. É o próprio objeto da busca de um grupo sujeito. (GUATTARI, 1985, p.96)

3.1 A incorporação da perspectiva de transversalidade pelos movimentos sociais

³Félix Guattari nasceu dia 30 de abril de 1930 e morreu 29 de agosto de 1992, foi um filósofo francês que na tentativa de problematizar a sociedade não concluiu nenhum curso acadêmico. Tornou-se um grande parceiro de Gilles Deleuze, que juntos escreveram o "Anti-Édipo", "O que é a filosofia?" e "Caosmose: um novo paradigma estético". Os (as) trabalhadores (as) da área da saúde mental aceitam a sua contribuição embora os filósofos rejeitem suas interpretações, sobretudo de sua análise as obras de Espinoza, Nietzsche, Leibniz, dentre outros. cf. WARAT (1992).

⁴Jean Oury nasceu no dia 5 de março e morreu em maio de 2014, foi um grande estudioso da psicoterapia institucional, ele fundou a clínica psiquiátrica La Borde em Cour-Cheverny na França e em suas primeiras observações expressa a dificuldade em diferenciar o grupo dos internos e dos funcionários, apresentando assim como se dava o cuidado coletivo nesta clínica. cf. YASUI (2011).

Na década de 1970, o mundo foi palco de grandes transformações econômicas e mundiais, sobretudo, o modelo capitalista que findava seus tempos áureos, estes iniciados na década de 1930. Diante dessa situação, o Estado inicia um processo com reajustes e novas medidas que impactaram diretamente no que o autor, Netto (1996) chamou de “transformações societárias”:

Para responder a este novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias. (NETTO, 1996, p. 90)

Este processo contribuiu para que os movimentos sociais em todo o mundo se unificassem na busca de articular interesses comuns. Segundo Scherer-Warren (2006) esses “novos” movimentos sociais cresceram suas redes e passaram a compreender e reivindicar reconhecimento e identidade produzindo um deslocamento da pauta de reivindicações que até então tinham a centralidade do movimento operário. Assim, esses movimentos se organizaram internacionalmente através de interesses comuns, com vistas a transformação das “formas discriminatórias e de dominação nas relações de gênero, étnicas, etárias, ecológicas, de apropriação de patrimônios históricos e culturais, conflitos bélicos e outras” (Scherer-Warren, 2006 p. 13), pois, eles queriam sobretudo era que essas desigualdades fossem tratadas e pautadas no âmbito das agendas públicas mundiais.

3.1.1 Transversalidade e o protagonismo na luta do movimento internacional de mulheres e de mulheres negras

Nos anos de 1990, o conceito de transversalidade tem sua entrada na agenda política, a partir do movimento internacional de mulheres, devido a fraca efetivação de suas demandas e reivindicações frente aos Estados Nacionais, ressaltando que teve seu início no início da década de 1970.

Para a análise da emergência do conceito neste processo foram baseados nos estudos de BANDEIRA (2004). Na primeira Conferência Mundial de Mulheres, ocorrida no México, em 1975, foram formuladas propostas para melhorar a vida das mulheres, bem como, o acesso igualitário as mesmas oportunidades que os homens.

A maioria dos governos nacionais se comprometeu em cumprir tais recomendações, no entanto, apesar de sucessivas Conferências realizadas ficou evidente que o compromisso assumido pelos governos nacionais não se efetivou plenamente. Pouco empenho foi demonstrado e a situação das mulheres apenas registrou algumas melhoras. Diante dessa constatação, no contexto europeu, e desde a década de oitenta, os diversos movimentos de mulheres promoveram múltiplos debates acerca de como uma política mundial de promoção de igualdade e de oportunidade das mulheres poderia se efetivar, deslocando-se desde suas demandas iniciais para chegar até aos governos nacionais, assegurando a implementação das reivindicações das mulheres de forma mais eficaz nas políticas, ações e programas governamentais. (BANDEIRA, 2004, p. 9)

Somente na IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing (1995) que a estratégia *gender mainstreaming* (transversalidade de gênero⁵) foi adotada e com efeito, a garantia e melhoria dos direitos das mulheres em todas as áreas da sociedade, na economia, política, cultura, social e etc. A adoção da transversalidade de gênero não significava a incorporação através de um ministério ou uma secretaria específica, a transversalidade deve perpassar todas as políticas públicas. Na agenda pública mundial passou a ser incorporado como um modelo de gestão de políticas sociais.

No ano de 1971, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) decretou este como o Ano Internacional do Combate ao Racismo e à Discriminação Racial. Após realizadas duas Conferências Mundiais de Combate ao Racismo em 1978 e 1983, aconteceu no ano de 2011 a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, tendo como marco histórico de um encontro mundial de combate ao racismo.

⁵Neste trabalho o conceito de gênero é baseado na concepção de Scott (1989) que entende gênero como um elemento típico das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos.

Em sua plataforma foi reconhecida que a questão do racismo deve ser tratada de forma prioritária. Reconhecendo todo o processo diásporo e exploratório que a população negra e indígena foi submetida e, sobretudo, o preconceito e as discriminações que estes povos passam, especialmente, no acesso às instituições privadas e públicas.

Ainda que de forma restrita, a perspectiva da transversalidade foi abordada na Conferência de Durban, ao defender-se o pressuposto de que as políticas governamentais devam se comprometer com o combate ao racismo, visando atingir parcelas significativas da população que se encontram em desvantagem em razão da discriminação de fundo étnico-racial, como as mulheres negras. (HEILBORN, et al. 2011, p. 16)

3.2 As Diretrizes Curriculares do curso de serviço social e a transversalidade da questão étnico-racial

Depois de um grande e intenso caminho percorrido em 1996, na II Oficina Nacional de Formação Profissional foi aprovada na assembleia geral da ABESS a “Proposta nacional de currículo mínimo para o Curso de Serviço Social”. Neste mesmo ano foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). As diretrizes curriculares foram pensadas com a proposta de criar um currículo mínimo para as instituições de ensino de serviço social, através de uma comissão de especialistas de ensino em serviço social indicados pela ABEPSS e pelo MEC para organizarem as diretrizes curriculares aprovadas a formatação que exigia a LDB.

A discussão da questão étnico-racial nas Diretrizes Curriculares, está posta na discussão no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Juntamente com ROCHA (2014a) concordamos que a discussão da temática étnico-racial por ser um elemento que estrutura as relações sociais deve ser tratada de forma transversal em todos os núcleos. A importância da discussão da temática étnico-racial já se encontra postulado em diversos documentos legais da profissão e no próprio projeto ético político profissional (ROCHA, 2014a, p. 97).

O que se torna mister no trabalho de Rocha (2014a) foi o fato da autora se debruçar nos estudos de Pinto (2003); Silva Filho (2006); Carvalho; Silva (2005)

e Marques; Moro (2011) para evidenciar o silêncio referente as temáticas étnico-raciais no âmbito do serviço social.

O primeiro estudo que trata da questão étnico-racial e o serviço social foi de Pinto (2003) que como trabalho de conclusão do curso (TCC), realizou pesquisa com 30 usuários (as) negros (as) e com 30 assistentes sociais, no qual a autora pôde identificar um desconhecimento dos profissionais em relação a questão étnico-racial e, como se daria a intervenção da (o) assistente social se um usuário negro relatasse ser vítima de preconceito racial. Neste período, a autora já sinalizava que a produção profissional sobre a temática racial era bastante tímida e estudos sobre a discussão profissional e a questão étnico-racial eram escassos.

Silva Filho (2006) realizou uma pesquisa com os graduandos de serviço social da escola de serviço social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e através de questionários buscou saber o conhecimento sobre os temas: “teoria racial”, “democracia racial”, “teoria do branqueamento”, “cultura negra”, “religião afro-brasileira”, “racismo, preconceito e discriminação”. Os resultados mostraram que apenas 14,89% dos pesquisados revelaram ter domínio dos conteúdos que lhes davam autonomia para intervir juntos aos usuários.

As autoras Carvalho; Silva (2005) realizaram pesquisa sobre a pós-graduação em serviço social com base nos dados do DATACAPES, localizaram 760 teses e dissertações na área de serviço social, defendidas entre os anos 1998-2002. Sobre o eixo “Etnia, Gênero, Orientação sexual” nestes anos contabilizaram 4,60% das produções e no período de 2000 a 2003, foram contabilizados 7,64% das obras.

Marques e Moro (2011) com base nos estudos sobre os trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), dentre os períodos de 1995 a 2008, sobre os trabalhos que abordavam a temática “movimentos sociais” foram localizados 237 trabalhos, num total de 6.204 trabalhos e apenas 1,5% tratavam sobre o movimento negro e 1,0% sobre movimento indígena.

Rocha (2014a), a propósito de sua pesquisa analisou o conjunto dos currículos de 25 unidades de ensino de serviço social para verificar como estava posto o debate da questão étnico-racial nestes. Para fazer uma análise dos títulos e ementas das disciplinas, a autora elencou as seguintes palavras-chave: etnia,

raça, racial, racismo, étnico, etnocentrismo, discriminação racial, negro (a), afrodescendente, afro-brasileiro (a), indígena, etnicidade, matriz africana, quilombo, quilombola, movimento negro, democracia racial, diversidade étnica e diversidade racial. Com base nos 25 currículos analisados, a autora localizou somente 39 disciplinas que fazem referência a temática étnico-racial.

4 A TRANSVERSALIDADE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

Ao analisar o processo de escolarização da população negra no Brasil, não devemos esquecer que o ponto de partida é o da denúncia, pois pesquisadores (as) negros (as) têm se debruçado em analisar os problemas que a população negra ainda enfrenta na área da educação, dentre esses autores (as) destacamos: Luiz Alberto Oliveira Gonçalves; Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000), Ahyas Siss (2003), Petrônio Domingues (2007) e Magali da Silva Almeida (2011). No momento em que nos debruçarmos sobre essas pesquisas observamos que elas foram materializadas através de exclusão e abandono. Contudo, não devemos esquecer que embora não se encontre em documentos oficiais, os movimentos sociais negros, que tivemos no decorrer do processo de escravização aos tempos atuais, lutaram e têm lutado com vistas ao acesso igualitário e digno da população negra a educação, para que aconteça a mobilidade desse grupo racial e que a população negra tenha acesso a sua cultura, costumes e “consciência” que foram apagadas durante o processo diaspórico.

4.1 A transversalidade nas políticas públicas brasileiras

Com base, em nossos estudos, localizamos que no Brasil, a primeira legislação que propõe a incorporação de temas transversais foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da primeira fase do ensino fundamental (1997) que apresenta e propõe temas que sejam transversais durante a formação como: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade sexual. Na área da

educação, destacamos o autor Silvio Gallo (1995) que propôs a incorporação da perspectiva transversal na área da educação com vistas a pensar uma educação não disciplinar e sobretudo seus reflexos nos currículos.

No ano de 2003 foi criada a Política Nacional de Humanização (PNH) pelo Ministério da Saúde, e se apresenta como uma política pública transversal, pois é atenta a dinâmica dos movimentos sociais e propõe o diálogo sobre as questões de saúde através do contato entre gestores, trabalhadores e usuários.

Em 2003, foi criado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a perspectiva da transversalidade da educação em direitos humanos é posta como um objetivo estratégico presente nas diversas políticas públicas, embora o âmbito escolar se apresente como um campo privilegiado para o debate da educação em direitos humanos. “Seu caráter transversal no currículo é posto como concepção e princípio, de modo a ‘permeiar a formação inicial e continuada dos educadores, o projeto político-pedagógico, os modelos de gestão e avaliação”. (ZENAIDE, s.d., p. 4)

Um marco importante que tangeu a adoção da transversalidade nas políticas públicas foi o Plano Plurianual⁶ de 2004 a 2007⁷ que adotou a perspectiva transversal e estabeleceu como um de seus mega-objetivos a transversalidade, a inclusão social e a equalização das oportunidades aos grupos minoritários no que refere o acesso aos direitos e oportunidades, para as mulheres, negros (as), indígenas, população LGBT e as pessoas com deficiência, intitulado como: “Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais”.

Em 2012, o Ministério da Educação estabelece as diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos e aparece VI princípio, a proposta de transversalidade nas discussões de projetos e ações institucionais e segundo essa norma a transversalidade se apresenta como uma das formas de organizar o currículo. A inclusão das temáticas da educação em Direitos Humanos no que

⁶Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. (Câmara Legislativa Brasileira)

⁷ LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

tange a organização dos currículos da educação básica e superior poderá ser apresentado da seguinte maneira:

“I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade” (Art 7º- Ministério da Educação, 2012).

5 RESULTADOS

No âmbito do serviço social, Oliveira (2014; 2015) e Rocha (2014a; 2014b) produziram estudos relevantes que discutem a incorporação da transversalidade étnico-racial nos currículos dos cursos de serviço social das universidades e institutos federais. O curso de serviço social da UFBA criado no ano de 2009, foi o primeiro curso a inserir no PPP, a transversalidade da questão étnico-racial e de gênero em todas as disciplinas e construir o PPP com elementos que visavam a ampliação de conceitos e temas necessários.

Na primeira questão investigamos a percepção das entrevistadas em relação ao conceito de transversalidade. Nessa questão, um ponto comum encontrado, foi que as três relataram que entendem como uma proposta que deve ser desenvolvida ao longo do curso e que no ementário de todas as disciplinas do curso, a questão étnico-racial seja transversalizada.

Nenhuma das entrevistadas, apresentou conhecer a etimologia posta pelo conceito no momento da pesquisa, porém foi observado nas falas, que o processo embora seja necessário a transversalidade é algo que deve ser bem trabalhado.

Na segunda questão, buscamos saber qual a importância da transversalidade étnico-racial no currículo do curso de Serviço Social da UFBA e uma questão que saltou os nossos olhos foi a divergência teórica no local dado a discriminação étnico-racial e a de gênero. Destacando a fala da entrevistada Aziza:

Ela é extremamente importante, não é? E demora por isso, porque até hoje eu não consegui, eu não consigo entender de fato que eleva o Serviço Social e demais profissões não pensarem não é, em debater essa questão e ainda mais me assusta o Serviço Social porque a maioria da demanda, os mandatários do Serviço Social, eles são

11

constituídos por afro-brasileiros, não é? Então, eu acredito que a gente passa por cima e vai para aquele antigo discurso que tudo possa ser uma questão de classe social, né? E aí, as pessoas acabam não tendo nem sexo, nem cor.

Quanto a adoção da prática da transversalidade no curso de serviço social da UFBA, todas as entrevistadas ressaltaram o perfil étnico-racial da cidade de Salvador, o local de desigualdade imposto a população negra e ainda assim e o resultado da pesquisa do perfil das (os) alunas (os) deste curso na UFBA, revelando que 92% das (os) se autodeclararam pretas (os).

A terceira questão foi pedida que as entrevistadas elencassem por ordem de prioridade, três componentes curriculares do curso, nos quais a temática étnico-racial deve ser transversal. Dara e Berta se mostraram surpresas com a pergunta, pois ambas, anteriormente, não se debruçaram a pensar sobre essas questões.

Dara nos disse:

Nossa, eu na verdade, eu defendo que seja em todos os componentes, aliás que acho que é uma forma muito importante, inclusive da gente pensar o trabalho do assistente social, então se você é capaz de pensar. [...]. Fiquei pensando eu não vejo, nenhuma disciplina que não fosse possível trazer de algum modo essa discussão, entendeu desde as mais a princípio teórico, fundamentos, etc., a do cotidiano do exercício profissional.

Na quarta questão questionamos, quais as práticas pedagógicas que as entrevistas vinham desenvolvendo para garantir a presença da temática étnico-racial nos componentes curriculares que ministravam.

Aziza coloca que,

Em FHTM 1 eu vou trabalhar com algumas teorias, né, como que o positivismo acaba vendo os pobres, os negros, as mulheres. Se eu pego a história do Serviço Social e principalmente, a questão social naquele período estudado em FHTM1. Como que eu via a questão social, qual o lugar dos negros nessa questão social e mesmo, o que é essa questão social e se eu vou utilizar a definição do livro da Marilda lamamoto ou se vou me aprofundar, se eu vou pegar lanni “pra” trabalhar com essa definição, né, ou se essa definição dá conta do pensar a transição do trabalho escravo pro trabalho livre e aonde ficaram a população negra na história do Serviço Social. [...]. Com FHTM 1, 2 e 3, trabalho e sociabilidade. A gente tem que pensar como a gente pensa desde o Brasil. Então, quando eu penso no processo de trabalho 1, 2 e 3 também, quando eu penso em estágio: como que o campo tem se organizado. Mas eu acho que as pessoas têm uma preguiça “pra” pensar essas coisas, sempre estão achando que tem que ter uma questão teórica lá, mas, eu acho que tem umas coisas

muito complicadas, que é mais disputa pessoal do que política e teórica e aí, me dá um pouco de preguiça diante de tanta mesquinhez”.

Berta nos diz que,

Eu tenho inserido essa nos debates na minha disciplinas, eu acho que mais isso, dizer que eu fiz seminário, outra coisa, acho que não, ainda não conseguir organizar isso, mas eu eu inserir esses conteúdos tanto na disciplina de trabalho e sociabilidade, peguei uma parte, um módulo, ou uma temática específica, discutindo isso com alguns textos problematizando essa questão mesmo né, com relação ao trabalho e, e no decorrer da disciplina também procuro relacionar sempre na medida do possível essa questão e na disciplina de pesquisa que é outra que “tô” mais responsável e ministrado ao longo desses três anos que estou, e surgem vários debates dos alunos com relação a isso, aí parece assim outras práticas pedagógicas. Eu orientei TCC de algumas alunas sobre essa questão né, por exemplo, o trabalho das mulheres, o trabalho informal das mulheres baianas de acarajé, a situação né do trabalho delas em Salvador e é, o trabalho de mulheres numa comunidade quilombola, orientei esses dois TCCs, nas orientações de TCC, algumas outras procurei estimular os alunos a também a abordar essa questão nas suas análises sobre outros objetos que não é específico dessa questão mas que tem relação com elas, então eu procuro fazer isso e na pesquisa que nós realizamos aí sobre o trabalho do assistente social então nós temos uma parte da pesquisa que a gente abordou essa questão e aí, organizamos juntos com a professora Magali, o seminário né, falando sobre, preparando os alunos pesquisadores e os professores também com relação a abordagem dessa temática, análise, como que deveria, então acho que é isso, na pesquisa, orientação de TCC e alguns conteúdos das disciplinas.

Pôde-se verificar que embora as entrevistadas tivessem o desejo de transversalizar o debate proposto, foram as (os) discentes que sempre imputavam nelas essas questões, podemos destacar, por exemplo, o fato de todas as entrevistadas, já terem orientados TCCs sobre a questão étnico-racial, a exemplo de Berta, que orientou também projeto de pesquisa.

Na quinta questão utilizando dados da pesquisa do Colegiado de Graduação de Serviço Social da UFBA (2016) que construiu o perfil das (os) alunas (os) egressas (os) do curso de serviço social da UFBA revelaram que 92% das (os) se autodeclararam pretas (os). Do total de entrevistados 40% relatam ter trabalhado durante a graduação, 7% não trabalha, mas está à procura emprego no momento da pesquisa e 53% declararam que não trabalharam. Diante destes e de outros dados mostrados pela referida pesquisa, vimos que o curso apresenta particularidades que devem ser analisadas e assim, questionamos as entrevistadas sobre a opinião delas quais ações institucionais o curso tem pensado e realizado que visem a transversalizar a temática étnico-racial. Aziza

respondeu que estas ações vêm sendo realizadas pelas docentes negras e Dara reportou essa discussão ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Serviço Social da UFBA, informando que estava afastada em decorrência de outras atividades.

Visando ressaltar o reconhecimento da luta anti-discriminatória posto pelos marcos jurídicos-legais nacionais e do serviço social questionamos as entrevistas se elas conheciam tais marcos. Todas as entrevistadas referendaram a nível de serviço social, a importância do Código de Ética profissional de 1993, através dos princípios fundamentais que defendem a não discriminação, as entrevistadas fizeram referência a Lei 8.662/93, porém nesta, não foi localizada nenhum artigo que faça referência a não discriminação.

Nas Diretrizes Curriculares do serviço social, a discussão sobre a temática racial está posta nos núcleos de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira. Embora Rocha (2014a) tenha defendido em sua tese, que a discussão sobre a referida temática, devido ao fato dela ser estruturante das relações sociais, deve ser tratada de forma transversal em todos os núcleos. Nesse sentido, questionamos as entrevistadas sobre a relação entre a temática racial e as diretrizes curriculares de serviço social propostas pela ABEPSS no ano de 1996.

Repare, do mesmo modo eu enxergo, mas não há explicitação dessas questões que eu me lembre, que eu me lembre não há explicitação nas diretrizes, é e acho que óbvio como uma perspectiva marxista tem muita gente que acha que priorizar as questões étnico-raciais e de gênero poderia sacrificar as perspectivas de classe, é, eu entendo que não, mas também aquilo não está posto ali. [...] Tem um esforço do CFESS, acho que mais recentemente com a nova edição da legislação em relação a questão de gênero, até porque a linguagem foi contemplada, houve uma mudança e tal, mas aí não é nas diretrizes, isso é lá nas questões, mas dentro da perspectiva que eu defendo, embora acha realmente que não está explicitado, você tem os três núcleos de fundamentos, então o núcleo de fundamentos da sociedade brasileira, ali diz o seguinte, do início ao fim do curso, a gente precisa ter conteúdos de história do Brasil, em todas as suas dimensões, por exemplo, não tem como falar de Brasil, sem falar do processo de escravidão, de discriminação. (Dara)

O PPP do curso de serviço social da UFBA que visa colocar a proposta de transversalidade étnico-racial e de gênero se encontra em reconstrução e para isto, desde 2013 o curso tem o Núcleo Docente Estruturante (NDE) responsável

por pensar essa questão, assim solicitamos que as entrevistadas apresentassem sugestões para que o NDE potencialize o debate sobre a questão étnico-racial.

A entrevistada Aziza propõe que seja analisado o currículo anterior, que estava em construção na gestão do Colegiado do curso, nos anos de 2008-2011. A entrevistada Dara ressaltou a importância da construção coletiva e sobretudo, fez uma observação relatando que o campo profissional é hoje um campo de disputas e cabe as docentes, principalmente as que estão pensando a organização curricular, ficarem atentas ao debate teórico, com vistas a não defenderem vieses contraditórios.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de finalizar uma discussão que se encontra ainda em processo de maturação, retornamos a um dos objetivos da pesquisa que foi analisar a proposta de transversalidade étnico-racial na implementação desta concepção no currículo do curso de serviço social da UFBA, a partir da entrevista a três docentes do curso.

É fundamental concluirmos que diante da complexidade do estudo proposto, o desejo era que fosse entrevistado todo o corpo docente do curso de serviço social da UFBA, contudo através da pesquisa feita com as docentes que vem trabalhando e ou tentando incorporar a transversalidade étnico-racial nas disciplinas que ministram, podemos observar que embora seja desejo da maioria que a discussão esteja presente no currículo, até o momento não há discussões que potencializem o debate sobre essa questão, que trazendo para a realidade de uma capital como Salvador, se torna ainda mais emergente.

A discussão não terminou neste breve estudo, ao contrário, esperávamos que ele fosse mais um incentivo para as docentes do curso, tanto para as que já vem tentando adotar essa prática, bem como as que não adotam. Direcionamos também ao NDE para que se proponha a realizar debates, oficinas, com isto, promover a discussão das divergências teóricas para que assim mesmo

reconhecendo o pluralismo defendido pela profissão, apresente propostas ao curso de como essas discussões podem estar postas no PPP, bem como no currículo.

REFERÊNCIAS

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira, et. al. **Perfil do/a estudante e do/a egresso/a do curso de Serviço Social da UFBA. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.**

ALMEIDA, Magali da Silva. **Mulher negra militante: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ação afirmativa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2011. 312 p. Tese (Doutorado)-Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BANDEIRA, Lourdes. **A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** Brasília, 2004.

BRASIL. **Câmara Legislativa Brasileira.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/ppa/ppa2004_7.html/index.html Acesso em: 24 set. 2016.

_____. **Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, 2003.**

_____. **Constituição Federal de 1988.**

_____. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/Distrito Federal. **Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.** Lei Orgânica da Saúde - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.933 de 11 de agosto de 2004.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

_____. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética.** Brasília, MEC/SEF, 1997.

_____. **Plano nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino da cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, MEC/SECAD, set.2009.

CARVALHO, Denise B. B.; SILVA, Ozanira (Orgs.) **Serviço social, pós graduação e produção do conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, n. 23, 2007. p. 100-122.

GALLO, Silvio. Conhecimento, transversalidade e currículo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 18., 1995. **Anais...** Caxambu, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUATTARI, Felix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 33. ed. Vozes: Petrópolis, 2013. p. 79-108.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 98, v. 15, set./dez. 2000. p. 134-158.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO Leila; BARRETO Andréia (Orgs.) **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP – GeR: módulo V.** Rio de Janeiro: **CEPESC**; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

MARQUES, Morena G.; MORO, Maristela D. A relação do serviço social com os movimentos sociais na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, n. 21, jan./jun. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Vozes: Petrópolis, 2013.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p.87-131, abr. 1996.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. “A sala de aula é o último lugar onde ocorrerão mudanças”. A Lei 11.645: suas implicações teóricas e práticas na recente produção acadêmica. In: MIRANDA, Claudia; LINS, Mônica Regina Ferreira; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da (Orgs.) **Relações etnicorraciais na escola: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a Lei 10.639**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2012. p. 183-219.

OLIVEIRA, Juliana. Marta Santos. A transversalidade da questão étnico-racial e de gênero no curso de graduação em serviço social da UFBA: uma proposta de inovação curricular. In: SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO E RAÇA, 3., 2014, Brasília. **Caderno de Resumos...** Brasília: Editora IFB, 2014. p. 130-130.

_____. **A transversalidade da questão étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação em serviço social das universidades federais brasileiras**. 2015. 127p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

OLIVEIRA, Juliana Marta Santos. **A transversalidade da questão étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação em serviço social das universidades federais brasileiras**. 2015. 127p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O serviço social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios**. 2014. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014a.

_____. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social e sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.) **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014b. p. 295-311.

SANTANA, Matheus Mello de. **Transversalidade étnico-racial no currículo do curso de serviço social da UFBA**: breves considerações sobre a percepção docente. Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, Instituto de Psicologia, curso de Serviço Social, Universidade Federal da Bahia.

SCHERER-WARREN, I. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**, n. 1, v. 21, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York. Columbia University Press, 1989. Disponível em: <http://www.observe.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>. Acesso em: 24 set. 2016.

SILVA FILHO, JOSÉ B. **O serviço social e a questão do negro na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa**: razões históricas. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

WARAT, Luis Alberto. Vida e obra de Felix Guattari. É difícil dizer adeus: do anti-édipo à ecosofia. **Sequencia**, n. 25, 1992. p. 79-84.

YASUI, Silvio. Conhecendo as origens da reforma psiquiátrica brasileira: as experiências francesa e italiana. **Livros e Redes**, n. 2, v.18, n.2, p.585-589, abr./jun. 2011.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Globalização, educação em direitos humanos e currículo**. (s.d). Trabalho apresentado a Universidade Federal de Paraíba, Paraíba, s.d.